



DA CIDADE INDUSTRIAL À CIDADE NEOLIBERAL: Projetos Urbanos na produção de espaços artificiais

Autores:

Clarice Misoczky de Oliveira - UFRGS - arq.clarice@gmail.com

Resumo:

Atualmente há um renovado interesse pela obra de Henri Lefebvre. Acredita-se que o retorno do autor decorre do avanço do sistema do capital, em busca de novos espaços de acumulação sobre o espaço urbano. No entanto, se faz necessário aprofundar o estudo de sua obra e verificar a adequação, com as devidas mediações para analisar fenômenos contemporâneos, dentre os quais se incluem os Projetos Urbanos (PUs). O artigo propõe uma renovação acerca da hipótese da Revolução Urbana, baseada na teoria dos momentos e associada ao movimento regressivo-progressivo do fenômeno urbano, em Lefebvre. A partir da compreensão da obra do autor no seu conjunto, busca-se nas proposições de Lefebvre a orientação para tal adequação. O argumento é que da cidade industrial não decorreu a revolução urbana, mas a passagem para a cidade neoliberal, na qual os PUs desempenham o caráter prático-operacional da produção de espaços artificiais na expansão da acumulação capitalista. Contraditoriamente, os PUs representam a força motriz para a produção de espaços diferenciais.



DA CIDADE INDUSTRIAL À CIDADE NEOLIBERAL: Projetos Urbanos na produção de espaços artificiais

Atualmente no campo dos estudos críticos urbanos há um renovado interesse pela obra de Henri Lefebvre. Acredita-se que o retorno do autor decorre do avanço do sistema do capital, em busca de novos espaços de acumulação sobre o espaço urbano. A contribuição de Lefebvre, como pensador que se dedicou a partir da década de 1960 a pensar a cidade, deve ser considerada, conforme Elden (2016), de maneira mais ampla. Assim se faz necessário aprofundar o estudo de sua obra e verificar a adequação, com as devidas mediações para analisar fenômenos contemporâneos, dentre os quais se incluem os Projetos Urbanos (PUs).

O PU se trata de um instrumento de intervenção no espaço que opera (i) sob a escala espacial intermediária, um fragmento entre a totalidade da cidade e o lote; (ii) sob um limite temporal mais curto, que se opõe ao planejamento a longo prazo), (iii) sob novo arranjo normativo-institucional que incorpora as parcerias público-privadas (PPPs); (iv) sob o paradigma do empreendedorismo e marketing urbano, da competitividade global entre cidades, do urbanismo de resultados e do planejamento por projetos (ASCHER, 2010; PORTAS, 2003; BORJA e CASTELLS, 1997).

De tal forma este artigo propõe uma renovação acerca da hipótese da Revolução Urbana, baseada na teoria dos momentos e associada ao movimento regressivo-progressivo do fenômeno urbano, em Lefebvre ([1970], 2008a). Tal tarefa é realizada a partir da compreensão da obra do autor no seu conjunto, buscando nas próprias proposições de Lefebvre a orientação para tal adequação. O argumento é que da cidade industrial não decorreu a revolução urbana, mas a passagem para a cidade neoliberal, na qual os PUs desempenham o caráter prático-operacional da produção de espaços artificiais na expansão da acumulação capitalista. Contraditoriamente, os PUs representam a força motriz para a produção de espaços diferenciais.

Nas partes que seguem se busca uma leitura articulada dos conceitos propostos por Lefebvre. Na conclusão é apresentado de forma mais completa o argumento acima apresentado.

CRÍTICA DA VIDA COTIDIANA

O tema da vida cotidiana e sua crítica atravessou a produção de Lefebvre por mais de 30 anos, se expressando em quatro livros, sendo três deles os volumes da crítica da vida cotidiana: I em 1947, II 1961 e III em 1981.



No primeiro volume, Lefebvre estabelece a crítica da vida cotidiana ([1947]2014) a partir de uma relação com o método de Marx e Engels, buscando uma conexão entre o que o homem pensa, deseja, diz ou acredita para si, com o que é ou para o que faz. Lefebvre (2014) propõe tomar a vida real como ponto de partida e, então, investigar como as ideias que a expressam e as formas de consciência que a refletem emergem. O autor alerta que a relação entre os dois polos com certeza é complexa, mas precisa ser revelada e conduzida cuidadosamente. Para tanto, autor sistematiza essa crítica da seguinte forma: (a) da individualidade que decorre da fragmentação do trabalho e da consciência da privacidade da vida privada; (b) das mistificações que separam os seres humanos de sua realidade humana e social concreta; (c) do dinheiro, por meio do qual ‘o existir’ e o ‘ter’ parecem idênticos; (d) das necessidades que, ao serem transformadas em uma única – a necessidade de dinheiro – podem ser criadas de modo fictício e artificial; (e) do trabalho, da alienação dos trabalhadores e do ser humano; (f) da liberdade do ser humano isolado que defende o direito a uma individualidade privada em oposição à definição dialética e concreta do marxismo - o reino da liberdade é progressivamente estabelecido pelo desenvolvimento das potencialidades humanas como um fim em si mesmas. A crítica da vida consiste em estudar as margens que separam o que os homens são do que eles pensam que são, ou seja, do que eles vivem para o que eles pensam. Para Lefebvre ([1947]2014), isso leva a um aprofundamento da noção de mistificação. Conceito que está associado diretamente ao de ideologia, uma vez que “a maioria das ideologias têm sido mistificações, na medida em que foram bem-sucedidas em certos períodos em fazer o homem aceitar certas ilusões, certas aparências, e em introduzir estas aparências na vida real e fazê-las efetivas” (Lefebvre, [1947]2014, p. 166).

Lefebvre compreende a ideologia na sua relação com a consciência e também com a prática. Ou seja, vão além da simplificação da ideologia como mera visão de mundo ou como mera visão deturpada deste mundo. Para Lefebvre ([1947]2014), a consciência é determinada por condições objetivas da vida do indivíduo, mesmo que ele não tenha conhecimento sobre o que as determina ele é, ao mesmo tempo, determinado por elas. De tal maneira, a ideologia desempenha um papel importante, pois opera como espelhamento do ser na orientação para a ação em situações de conflito. Claro que esta consciência não é produzida pelos indivíduos de maneira autônoma, já que ele se encontra imerso em contextos de produção especializada da ideologia, tema a ser retomado mais adiante na discussão sobre o urbanismo.

Assim que Lefebvre ([1961] 2014) também discute as relações entre o atual e o real, entre o presente e o real, entre o real e o virtual, pois só existe a possibilidade na virtualidade, já que o virtual é, para ele, o horizonte possível baseado em potencialidades concretas. Ou seja, é virtual, mas não tem relação com o divino, como o cósmico, com o metafísico, é virtual como possibilidade de vir a ser realidade concreta e presente.

Lefebvre ([1961] 2014) inclui em sua crítica o estruturalismo do pensamento funcionalista e sua relação com os fundamentos do neo-Hegelianismo, segundo os quais a funcionalidade cria a realidade, ou seja, tudo o que tem função é real. A consequência é, por óbvio, a eliminação de qualquer crítica. É neste contexto que Lefebvre ([1970]2008a) critica o urbanismo, definindo-o como uma racionalidade funcionalista, como se verá a seguir, quando será tratada a ideologia do urbanismo. Afinal, para o autor a cidade é uma obra, objeto e fruto do trabalho elaborado pelos indivíduos na sua vida cotidiana. A virtualidade da **sociedade urbana** se dará quando a cidade se tornar



[...]um trabalho plenamente consciente, com o propósito de não integrar o cotidiano que foi deixado de lado nos níveis mais baixos, mas de metamorfosear o cotidiano numa obra, no nível mais alto, o nível da arte e da liberdade. Então, quando o homem social se aproxima de um objetivo que hoje é utópico (e conscientemente postulado como tal), o cotidiano e o todo serão obras que não podem ser dissociadas, e o real não será mais dividido entre o 'real' e o 'verdadeiro', em outras palavras, entre o 'verdadeiro' e o 'falso'. Lefebvre ([1961] 2014, p. 500).

Se, assim como para Marx, o homem transforma o trabalho e é transformado por ele, para Lefebvre, o indivíduo social transforma a cidade e é transformado por ela a partir nas relações sociais de produção do espaço.

Um conceito chave para tratar do fenômeno urbano na crítica da vida cotidiana é o da alienação. Lefebvre ([1961] 2014) propõe o movimento dialético de alienação-desalienação-realienação. O autor alerta para o fato de que existem diversos tipos de alienação: econômica, política, e social. No que diz respeito à condição de classe, por exemplo, a burguesia é alienada pelo fetiche da mercadoria, do dinheiro, do capital, enquanto o proletariado, pela privação e frustração na vida cotidiana. O autor apresenta dois exemplos. O primeiro é o automóvel como um bem de consumo para além da sua função utilitária; um objeto capaz de gerar satisfação pessoal, distinção de classe, poder e virilidade. Mais de uma vez, denomina o carro de o astro rei no desenvolvimento das cidades. Já para a frustração e a privação, o autor aponta para a mulher e sua posição em relação ao casamento e à maternidade que privam a mulher da sua liberdade de transformação, como um ser elástico submetido à rigidez do homem sobre ela. Ambas situações de vida resultam na alienação, no primeiro caso por meio do escapismo; no segundo, pela impossibilidade de vislumbrar a transformação da própria vida.

O movimento de desalienação pode ocorrer pelo encontro com a coletividade, ou seja, pela renúncia em termos de uma vida individualista ou individualizada. A desalienação se dá no espaço social, nas redes de relações entre diferentes grupos e indivíduos que acontecem no cotidiano. Entretanto, é importante notar que mesmo este movimento, de viver em comunidade, pode tornar-se novamente na alienação, mas agora uma alienação nos termos de uma coletividade específica. Este movimento é constante e se dará de acordo com situações concretas experimentadas no espaço.

A questão da alienação, seja pelo fetiche da mercadoria, seja pela privação na vida cotidiana, se relaciona dialeticamente no espaço, afinal é no espaço que as contradições afloram. No que diz respeito ao fetiche da mercadoria, a cidade se transforma de acordo com os meios de produção da mercadoria, seja pela localização da indústria e da produção do habitar para os trabalhadores, seja por novos meios de ocupação do espaço para dar lugar ao consumo de novas mercadorias, como no caso da abertura e duplicação de novas vias para os automóveis ou, ainda, a construção de novas maneiras de morar como os subúrbios americanos e franceses ou as *new towns* inglesas, nas quais as casas têm espaço suficiente para acomodar os novos bens de consumo, como os aparelhos domésticos, além do automóvel. A questão central é que, por conta da alienação pelo fetiche da mercadoria, não apenas diferentes espaços são produzidos, mas os modos de viver na cidade são transformados na direção da relação entre o ter e existir e do individualismo expresso na



recusa dos espaços públicos na prática espacial como o ir e vir, e o habitar. O espaço pode ser tanto a base para a produção e a localização da mercadoria como a própria mercadoria, como afirma Lefebvre ([1974] 1991) ao conceituar o espaço como localização e como matéria prima das abstrações.

Refletindo sobre a ênfase de Lefebvre na produção, Merrifield (2006, p. 104-105) lembra o quanto essa ênfase é marxista:

Sua [de Marx] obsessão com a produção foi pensada [...] para chegar à raiz da sociedade capitalista, para ir além dos fetichismos observáveis da aparência, para traçar suas dinâmicas internas e seus momentos generativos – em todos os seus disfarces físicos e mentais, em todas suas ofuscações materiais e políticas. Aqui, ‘generativo’ significa ‘ativo’ e ‘criativo’, e criação é, de fato, um ‘processo’. Assim, para chegar a esse aspecto generativo do espaço é preciso explorar como o espaço é ativamente produzido.

Por isso, é muito difícil entender a tese produzida por Lefebvre sem a companhia de Marx e de O Capital. As aproximações são evidentes. O fetiche do espaço lembra o fetiche da mercadoria e, assim como há trabalho abstrato, há espaço abstrato. Em Marx, essa já é uma categoria de difícil compreensão, em Lefebvre ([1974]1991, p. 285) ela talvez ganhe ainda mais complexidade. Assim como o trabalho abstrato é pura materialidade, o espaço abstrato também o é. Ele tem uma expressão objetiva em lugares, atividades, prédios, mercados de troca etc., assim como o trabalho tem sua expressão objetiva na mercadoria. No entanto, assim como o trabalho concreto desaparece na mercadoria fetichizada; o espaço concreto, produzido em relações sociais concretas de produção, mas delas abstraído, se torna espaço abstrato fetichizado.

Para Lefebvre ([1974]1991, p. 307), o espaço abstrato além de ser materialidade é um instrumento, no qual

[...]o mundo das *commodities* é implantado, juntamente com tudo o que ele implica: acumulações e crescimento, cálculo, planejamento, programação. Ou seja, o espaço abstrato é aquele espaço em que a tendência à homogeneização exerce pressão e repressão com os meios à sua disposição: um vazio semântico abole antigos significados (sem, no entanto, atrapalhar a crescente complexidade de um universo e sua multiplicidade de mensagens, códigos e operações).

Ou seja, o espaço abstrato é o espaço na forma mercadoria, entretanto, esta expressão não é apreendida facilmente, se não por um exercício de abstração que evidencia as contradições para além de sua aparência. Se, por um lado, espaço abstrato é expressão de homogeneidades, por outro, pode vir a reforçar os espaços heterogêneos por contraste, ou mesmo por restrição, de tal maneira que as diferenças possam aflorar, para a percepção de **outro espaço**.

Nesse sentido, com relação à alienação-desalienação-realienação, Lefebvre ([1961] 2014, p. 508) aponta para o movimento dialético entre **outro** e **outredade**. Só é possível estar



alienado ou desalienado quando o outro se vê em sociedade, ou seja, se vê também no que é diferente de si e, dessa maneira, supera o individualismo:

Alienação é o resultado da relação com a outredade, e essa relação nos transforma em outro, por exemplo, nos modifica, nos tira do nosso ser e transforma uma atividade (seja consciente ou não) em outra coisa, ou simplesmente, em uma coisa[...] O homem é um ser consciente, consciente do que ele é (do seu ser), mas somente em, por, e através do que ele não é, outredade e ação sobre outredade, confronto com a outredade, necessidade, privação, desejo, trabalho o, e finalmente o que é possível.

De tal maneira, que a partir da relação com o outro, do movimento alienação-desalienação-realienação pode emergir o **espaço diferencial**, uma vez que a partir da explicitação da diferença, do heterogêneo, pode-se construir, no seio da luta de classes e das contradições que lhe são inerentes, um outro espaço. No movimento de desalienação, cada vez mais o ser se torna consciente das contradições do espaço e, a partir daí abre-se a possibilidade para vislumbrar e agir na produção de um espaço que é outro - um **contraespaço**.

A ILUSÃO URBANÍSTICA

Nos anos 1960 e 1970 o autor passa a se interessar, mais intensamente, pelo tema do urbano ao presenciar o processo de urbanização na região dos Pirineus. Mas o faz sem deixar de lado o tema da vida cotidiana, que continua permeando seu trabalho. Em 1968 é publicado o livro *Direito à Cidade* ([1968] 2001) e, em 1970, *A Revolução Urbana* ([1970] 2008a).

No capítulo *A ilusão urbanística*, Lefebvre ([1970] 2008a) constrói, no plano teórico, uma crítica radical da atividade do planejamento urbano. Crítica que permeia a sua obra e tem início ainda no *Direito à Cidade*. Para o autor, dois pontos são centrais: a ilusão filosófica, segundo a qual o arquiteto e urbanista tem condições de encerrar as possibilidades do mundo inteiro em um único sistema, o seu; e a ilusão estatista, segundo a qual o Estado pode gerir os interesses das pessoas, como o diretor da consciência, o administrador superior. Para Lefebvre, o planejamento urbano tem a pretensão de substituir a prática urbana, pois “substituiria a práxis por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e das relações” (Lefebvre [1970] 2008a, p. 139).

O planejamento urbano tem, ainda, o papel de encobrir a operação da geração de mais valia na produção do espaço, o que se relaciona com a ideologia. Para Lefebvre ([1970] 2008a), a **ideologia urbanística** contém a possibilidade de dar respostas aos problemas urbanos de maneira aplicável, ou seja, de orientar a prática urbana na sociedade burocrática de consumo dirigido. Para o autor o planejamento urbano, é

Uma superestrutura da sociedade neocapitalista, noutras palavras, do ‘capitalismo de organização’, o que não significa ‘capitalismo organizado’. Noutros termos ainda: a sociedade burocrática de consumo dirigido. O urbanismo organiza um setor que parece livre e disponível, aberto à ação racional: o espaço habitado. Ele dirige o consumo do espaço e do habitat.



Enquanto superestrutura, ele se distingue, e é preciso distingui-lo fortemente, da prática, das relações sociais, da própria sociedade (Lefebvre 2008a, p. 147).

Assim, o planejamento urbano tem um **caráter prático-operacional** na reprodução das relações sociais de produção. Segundo Lefebvre ([1968] 2001, p. 31), ainda que realizado por homens de boa vontade (arquitetos e escritores), ele resulta em formalismos e esteticismos:

Quer-se construir “em escala mundial”, para “os homens”. Esses humanistas apresentam-se ao mesmo tempo como médicos da sociedade e criadores de novas relações sociais. Sua ideologia, ou antes, seu idealismo provém frequentemente de modelos agrários adotados de modo irrefletido pode seu raciocínio: a aldeia, a comunidade, o bairro, o cidadão-cidadão que será dotado com edifícios cívicos etc. Quer-se construir imóveis e cidades “em escala mundial”, “na sua medida”, sem pensar que no mundo moderno “o homem” mudou de escala e que a medida de outrora (aldeia, cidade) transforma-se em desmedida. Na melhor das hipóteses, esta tradição resulta num *formalismo* (adoção de modelos que não tem conteúdo nem sentido) ou num *esteticismo* (adoção de modelos antigos pela sua beleza, que se joga como razão ao apetite dos consumidores).

Sobre **modelos**, Lefebvre (1968, p.35) cita a interpretação de Lévi-Strauss acerca da relação entre modelo e sistema. Para o autor, “o modelo convoca à consciência uma estrutura, a qual oferece um caráter de sistema. O modelo não é, portanto, uma abstração intelectual, mas a reprodução mental daquilo que existe socialmente como um sistema”. Ou seja, a noção de modelo serve diretamente à ideologia. Isto é, a sociedade dispõe de um modelo consciente, produzido pela ciência, de tal maneira que o intelecto não tem outra saída que não seja registrar o sistema que lhe é oferecido pela própria sociedade. Assim, o autor conclui que “a noção de modelo é, em si mesma, metodologicamente indispensável e intervém para dissimular uma ontologia do sistema”, ou seja, elaborar mistificações e orientar a consciência do ser.

Sobre o **esteticismo**, é coerente afirmar o papel do design e, por sua vez, do arquiteto que, a partir da forma-estética pode contribuir para o fetiche do espaço Lefebvre faz uma analogia entre os artistas de vanguarda e os arquitetos. Na arte de vanguarda, a promessa de modernidade opera no sentido de legitimar uma ideologia, pois o fetiche pela modernidade é ao mesmo tempo justificativa e motivação que opera na dominação do espaço. De tal maneira que os arquitetos, urbanistas e planejadores oferecem uma “ideologia em ação” (LEFEBVRE [1974] 1991, p. 308) ao imprimir sua arte seja em espaços vazios, não habitados, seja em espaços de grande interesse para a vida na cidade, como os centros urbanos, como se o espaço fosse neutro e pronto para receber novos objetos e pessoas de forma fragmentária. Nas palavras do próprio Lefebvre ([1974]1991, p. 308-309), “incoerência sob a bandeira da coerência, uma coesão baseada na cisão e desconexão, flutuação e o efêmero disfarçado de estabilidade, relações conflituosas embutidas numa aparência de lógica e operando efetivamente em combinação”.



Ainda sobre a estética, Lefebvre ([1974]1991) aponta que todos os instrumentos de planejamento como planos e unidades modulares, densidade, uso e ocupação do solo e elementos funcionais ou morfológicos, dizem respeito ao esteticismo e racionalismo da profissão e, por serem instrumentos de racionalidade técnica são capazes de imprimir uma aparente neutralidade a processo, como se não fossem ideológicos. Assim, a técnica é apresentada como distinta e superior à ideologia. No entanto em nome desta dita neutralidade importantes resultados no capitalismo foram obtidos. A crítica ao arquiteto urbanista à sua construção como dono da verdade pela sua atribuição técnica, pode-se adicionar os PUs como modelos, ou seja, o racionalismo e esteticismo do planejamento urbano com nova roupagem.

Mas o caráter prático-operacional não é produzido apenas pelos arquitetos, urbanistas e planejadores, afinal o planejamento urbano se constitui a partir do Estado. Para o Lefebvre ([1974] 1991, p. 378), “o Estado e seu aparato burocrático intervém continuamente no espaço e fazem uso do espaço pelo seu aspecto instrumental[...]”. Portanto, fazem parte também desta ordem, reforçando a dimensão tecnocrática tão valorizada na época dos escritos de Lefebvre e também na atualidade. Assim, os administradores públicos enfatizam o tecnocrático e sistematizado, um “cientificismo, que acompanha as formas deliberadas do racionalismo operatório, que tende a negligenciar o fator humano”; seja o dos promotores de vendas “que concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro”, o fato “é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim urbanismo”, que se torna valor de troca (LEFEBVRE, [1968] 2001, p. 32).

De tal forma, o planejamento urbano opera na consolidação da sociedade burocrática organizada pelo consumo via organização dos espaços públicos, de lazer e consumo. Importante notar que a atividade de lazer também pode ser compreendida como uma atividade de consumo. E, para tanto, retoma-se aqui também o tema da alienação. Alienação não só pelo fetiche da mercadoria, mas pelo escapismo da realidade da vida cotidiana promovido pelas atividades de lazer e festa.

Dessas tendências resulta

Uma estratégia global (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total). Uns farão entrar para a prática e concretização em ato a sociedade do consumo dirigida. Construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a ‘legível’, uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão (LEFEBVRE, [1968] 2001, p.32).

Esse planejamento urbano “programa uma cotidianidade geradora de satisfações” que inclui: o consumo programado; centros de decisões que concentram os meios de poder, informação, formação, organização e operação; repressão através de coações e, inclusive, violência; e persuasão por meio de ideologia e publicidade. Na cidade do estágio do capitalismo neoliberal os PUs se configuram como o instrumento renovado do planejamento urbano na consolidação dos projetos de destruição criativa (Schumpeter, 2003), da revitalização urbana, da gentrificação, ou em termos lefebvrianos, da cidade renovada.

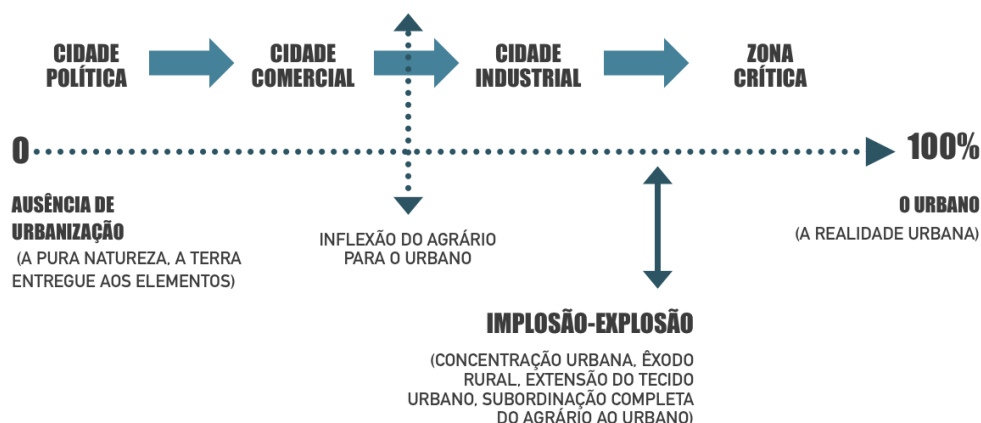


A SOCIEDADE URBANA E O CAMPO CEGO

Em 1972 é publicado *Espaço e Política* Lefebvre ([1972] 2008b), o livro serve como apoio para as publicações acerca do Direito à Cidade e da Revolução Urbana, e ainda aponta para a obra que seria desenvolvida mais tarde acerca da produção do espaço.

Em a *Revolução Urbana* Lefebvre ([1970]2008a) formula o que chama de **fenômeno urbano**, um processo que é espacial e temporal, pois suas continuidades e discontinuidades se configuram na prática e na história, como a transformação que parte da ausência completa de urbanização (fase em que o homem praticava a coleta e a pesca para a sua subsistência); passa pela cidade política (uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia); pela cidade comercial (quando a troca comercial se torna função urbana); pela cidade industrial (em geral, cidade uniforme, uma aglomeração urbana) até chegar em uma zona crítica. Ao diferenciar as cidades ao longo da história, o autor faz uma relação entre sociedade e realidade espacial associada às relações sociais de produção, até chegar à urbanização planetária, o 100% urbano – Figura 1. Esta periodização divide o tempo histórico em três diferentes eras: a agrária, a industrial e a urbana, sendo que a última estaria apenas começando.

FIGURA 1 – O FENÔMENO URBANO SEGUNDO LEFEBVRE ([1970] 2008a)



Nesta hipótese lançada no início da década de 1970, a cidade industrial precede e anuncia a zona crítica que levará ao 100% urbano, como consequência do movimento de implosões-explosões. Os movimentos de explosão se dariam não pela absorção do rural à cidade, mas da cidade pela área rural. Expansão do tecido urbano para toda a parte, criação de subúrbios, favelas, assentamentos informais. A degradação da cidade, do centro urbano, pela expansão da periferia. Eis o movimento de implosão. O movimento de implosão-explosão antecipa a urbanização planetária, que se dá por partes fragmentas no território, como que resultados dos estilhaços produzidos por este movimento. Estes espaços fragmentados ao mesmo tempo que são efeito, são causa deste duplo movimento, pois operam como **espaços instrumentais** da urbanização planetária.

De maneira a evitar esta característica instrumental do espaço, Lefebvre compreende a cidade - o espaço urbano - como uma obra, um processo coletivo em constante transformação. Essa característica contrasta “com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos” (LEFEBVRE



([1968]2001, p. 12). A cidade enquanto obra é valor de uso, mas se compreendida como um produto, é transformada em valor de troca. Quando a industrialização predomina, o segundo se sobrepõem ao primeiro: “a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (LEFEBVRE, [1968] 2001, p. 14).

Importante notar que a noção de cidade como obra, do ponto de vista de Lefebvre, se opõe à noção de cidade como produto, como expressão do espaço abstrato. É nesta noção que se baseia a preferência pelo o termo urbano ao termo cidade, pois o urbano não é o espaço dominado pelas forças produtivas do capital, é espaço que contém possibilidades. Assim, Lefebvre ([1970] 2008a, p. 13) defende que o termo mais adequado para tratar de cidade é **sociedade urbana**, ou simplesmente o **urbano**. Ao fazê-lo, tem em mente uma sociedade que nasce da industrialização, ou seja, uma sociedade que tem uma relação de dominação e absorção da produção agrícola: a sociedade urbana, que “só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas herdadas de transformações descontínuas”. O urbano é, portanto, uma virtualidade, uma potencialidade em um horizonte ainda não concretizado. Nesta formulação se identifica a presença do movimento do método regressivo-progressivo que, nas palavras de Lefebvre ([1970]2008a, p. 31), se caracteriza como “um duplo movimento que se impõe ao conhecimento desde que existe tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado, do finito ao movimento que se declara esse fim, que enuncia e faz nascer algo novo)”. O urbano é, portanto, expressão do acúmulo dos processos históricos que ocorrem no espaço, um mediador de diferentes forças e diferentes atores, o urbano trata desta simultaneidade, de explosões associadas ao horizonte das possibilidades.

Lefebvre ([1972]2008b) não limita o termo **sociedade urbana** apenas à sociedade industrial. Para ele, a sociedade urbana engloba toda e qualquer sociedade originária do processo de implosões/explosões que se estabelece sob as bases urbanas, seja ela industrial, pós-industrial, técnica, de consumo e lazer (a sociedade burocrática de consumo dirigido), ou tecnológica e criativa. O autor faz ressalvas inclusive, ao ato de classificar uma ou outra sociedade, pois este exercício pode incorrer em simplificação e exclusão de particularidades, como no caso da denominação sociedade industrial: um termo criticável que não evidencia as relações sociais constitutivas do processo de industrialização e que acentua a compreensão apenas da produção material, ou seja, as relações de produção e não as relações sociais de produção.

Para o autor (LEFEBVRE, [1970] 2008b), a indústria surge como a não-cidade, se instala fora da cidade, mas para seu funcionamento, para a produção de objetos, depende do consumo de matéria-prima da natureza e da força de trabalho. Assim, dessa **produção consumptiva** produz o que na cidade será consumido, como o automóvel, a habitação etc., de tal maneira que a industrialização introduz no meio urbano, por meio da racionalidade, a homogeneização do espaço e, ao mesmo tempo, a dissolução da cidade. O movimento de implosão-explosão. Para o autor,

As diferentes formas de entrada na sociedade urbana, as implicações e consequências dessas diferenças iniciais, fazem parte da problemática



concernente ao fenômeno urbano ou “o urbano”. Esses termos são preferíveis à palavra cidade, que parece designar um objeto definido e definitivo, objeto dado para a ciência e objetivo imediato para a ação, enquanto a abordagem teórica reclama inicialmente uma crítica desse “objeto” e exige a noção mais complexa de um objeto virtual ou possível (LEFEBVRE, [1970] 2008a, p. 25).

Na passagem acima Lefebvre elucida os efeitos operacionais que as formulações teóricas têm na prática; ou seja, pensar a cidade com um objeto definido e definitivo exclui a possibilidade de transformação, exclui a noção de que a cidade é algo para além do concebido, é uma virtualidade. A revolução urbana seria uma reação à dicotomia centro periferia, não apenas em termos espaciais, mas também em termos sociais no que se refere ao centro da tomada de decisão da vida urbana, por exemplo. Nasce da industrialização o espaço disjunto e separado, segregado, o central e o periférico. Para Lefebvre ([1970] 2008b, p. 87) “a dialética da centralidade introduz um movimento diferencial de uma potência extraordinária”, uma **heterotopia**, na qual os contrastantes produzidos pela sociedade industrial tencionam forças extremas, em um jogo de forças repulsivo. É exatamente do reconhecimento do contraste que nasce a possibilidade da transformação para a superação das superestruturas – os espaços diferenciais.

Diante do fenômeno urbano, Lefebvre ([1970] 2008a, p. 24) questiona “quais os progressos decisivos a serem realizados na teoria e na ação prática para que a consciência alcance o nível do real e do possível que lhe escapa? O que se passa durante a fase crítica?”. Para esta zona, Lefebvre ([1970] 2008a) atribui o que denomina de **campo cego**: aquilo que o olho não vê, que o consciente não alcança, o que não se sabe, o que não se pode elucidar. O campo cego instala-se na representação. A fase crítica, o campo cego, ou mesmo, a caixa preta, acontece nos momentos de transformação da sociedade. É também nestes momentos que reside a possibilidade da transformação, ou seja, da **revolução urbana**. Lefebvre ([1972] 2008b) ressalta, ainda, que a constituição deste campo cego resulta do erro de compreender o urbano sob a lógica da racionalidade industrial do planejamento urbano. Ou seja, o planejamento urbano, a partir de seus instrumentos produtores de homogeneidades, constitui o que, ao mesmo tempo, impossibilita a possibilidade de transformação e perpetua a condição da sociedade sob um determinado modo de reprodução das relações de produção, o que resulta na exclusão da possibilidade da constituição da sociedade urbana com todas as possibilidades de realização das aspirações dos seres humanos.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E RITMANÁLISE

Em 1972 são publicados dois livros que apontam para o conceito de produção do espaço. Em *Espaço e Política* Lefebvre ([1972] 2008b) conceitua espaço. No mesmo ano, é publicado *La pensée marxiste et la ville* no qual Lefebvre ([1972] 2016) analisa as proposições de Marx e Engels desde o tema da cidade. Segundo Elden (2016), Lefebvre fornece uma visão geral dos aspectos-chave da crítica da economia política a partir da lente da cidade, além de realizar uma contribuição que desenvolve o pensamento marxista em temas frequentemente negligenciados como a vida cotidiana, o rural e o urbano, o espaço, o Estado e o global. Assim



Lefebvre começa a indicar o desenvolvimento de uma teoria sobre a produção do espaço, que culmina na obra *Production d'e space*, em 1974.

Para Lefebvre ([1972]2008b, p. 41), o espaço não é produto, não é objeto, não é mercadoria, não é simplesmente um instrumento. Para o autor, a problemática do espaço vivido, em oposição ao espaço “neutro”, puramente epistemológico, é um aspecto essencial do conhecimento da realidade urbana. Em relação a essa questão, o autor explora diversas hipóteses. Na primeira, “o espaço é a forma pura”, conceito que exclui a ideologia, a interpretação e o não saber. O espaço seria, nessa ótica, capaz de articular “o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real”. Entretanto, tal hipótese implica a liquidação do tempo histórico, além de pesar sobre a cientificidade abstrata e o saber absoluto. Ela tem profunda relação com o urbanismo modernista e sua crítica: momento de valorização absoluta do saber científico, em que arquitetos e urbanistas acreditavam mudar o social através da forma – os “senhores do espaço” na expressão já mencionada. Ou seja, a forma concebida pelo técnico seria, depois, povoada pelos usuários que se comportariam de acordo com o recipiente em que estivessem envolvidos. Noção que exclui o espaço histórico e vivido.

Em outra hipótese, o espaço é social, um produto da sociedade, ele resulta do trabalho e da divisão do trabalho sendo, pois, o lugar geral dos objetos produzidos. O espaço é, então, uma objetivação do social. Confrontando tais formulações, Lefebvre ([1972]2008b, p. 44) conclui que o espaço não é nem ponto de partida, nem ponto de chegada, “mas um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação”. O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado por um indivíduo ou um coletivo que detém poder sobre ele, e que o transforma conforme seus objetivos. “Nessa hipótese, a **representação do espaço** sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada”. O espaço é, então, carregado de ideologia e saber técnico. As representações do espaço servem, nesse sentido, para criar o consenso por meio de perspectivas, sejam elas verdadeiras ou falsas (LEFEBVRE, [1974]1991). Assim, a detenção do saber sobre a representação do espaço se transforma no poder de transformar ideias e sentimentos, ou seja, no poder de criar consenso acerca do espaço. Essa dominação racional-funcional vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo, sendo o espaço “o meio e o modo, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo na sociedade neocapitalista” (LEFEBVRE, [1972]2008b, p. 46).

Para Lefebvre ([1972]2008b, p. 46), “as cidades seriam tão somente unidades de consumo correlatas às grandes unidades de produção”. A essa formulação se incorpora a teoria da alienação: o espaço instrumental se torna abstrato a partir de uma falsa representação de vocação estratégica, passando a ser “um lugar fora do tempo, da vida e da práxis”. O espaço assume a forma de mercadoria, em que, “no limite [,] não há mais exatamente ideologia, mas somente a falsa consciência, com os discursos que ela engendra”. Assim, aqui se retoma a noção de espaço absoluto – o espaço como mediação, o espaço instrumental, ou, em outros termos, expressão prático operacional de uma ideologia.

Entretanto, o autor alerta que essa hipótese servia ao capitalismo concorrencial do século XIX, cujo enfoque recaía na reprodução dos meios de produção. Ao se renovar, o capitalismo incorporou a “reprodução das relações de produção” que se efetuam através da cotidianidade e dos momentos de lazer e cultura. Essa noção é complementar à última



hipótese apresentada, mas leva a outra, mais complexa: “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, [1972]2008b, p. 48). É o espaço da produção, ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado.

Segundo Lefebvre ([1972]2008b), tais centros de consumo dirigido e organizado – os lugares de lazer, de festa e tempo livre – mostram-se aparentemente dissociados da produção, embora estejam ligados ao trabalho produtivo. Baseado na fórmula trinitária de Marx¹, o autor lança a hipótese do espaço conjunto-disjunto:

O espaço arquitetônico e urbanístico, enquanto espaço, tem essa dupla característica: desarticulado e até estilhaçado sob a coerência fictícia do olhar, espaços de coações e de normas disseminadas. Ele tem esse caráter paradoxal que se tenta definir aqui: junto e separado. É dessa maneira que ele é concomitantemente dominado (pela técnica) e não apropriado (para e pelo uso). Ele é imediato e mediato, ou seja, pertence a uma certa ordem próxima, à ordem da vizinhança, e a uma ordem distante, a sociedade, o Estado. A ordem próxima e a distante só tem uma coerência aparente que de modo algum impede a desarticulação (LEFEBVRE, [1972]2008b, p. 53,).

Em relação às ordens próxima e distante, Lefebvre ([1968]2001) qualifica a primeira como aquela de indivíduos mais ou menos organizados, de maneira mais ou menos ampla. A segunda é caracterizada como aquela que se impõe; ela pode ser o próprio Estado ou qualquer organização e/ou instituição que detenha o poder. Segundo Lefebvre ([1968]2001), através de seu poder de dominação, a ordem distante atua na ordem próxima, tornando-a um “co-ator”:

Percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre estes dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado, vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais de mercadores do espaço (LEFEBVRE, [1972]2008b, p. 57).

A passagem acima expõe a relação entre os meios de produção, seja pela detenção da propriedade da terra, seja pelo poder do Estado, seja pelo conhecimento técnico, em relação com a força de produção, expressa na vida cotidiana do trabalhador e nas maneiras como este se transforma no espaço e é transformado por ele, seja pela dominação do espaço absoluto, seja pela relação entre o viver e o vivido, isto é, da prática espacial e dos espaços de representação. Assim se estabelecem as contradições do espaço entre as forças e os meios de produção - as relações de produção. De um lado isotópico, pela homogeneidade do espaço

¹ Trata-se da distinção das três dimensões da mercadoria, a partir da qual Marx (1990) explica não apenas a dinâmica da produção, distribuição, troca e consumo, mas também a dinâmica do sistema capitalista como uma totalidade. Essas três dimensões são: o valor de uso, o valor de troca e o valor.



abstrato, de outro, os heterotópicos, a possibilidade das heterogeneidades, da formação da sociedade urbana pela diferença.

Ao propor o método que possibilita uma análise da produção do espaço, o autor apontou para a necessidade de esclarecimento dos dois termos: produção e espaço. A noção de espaço já foi aqui esclarecida. Sobre o conceito de produção, Lefebvre ([1974]1991) segue as indicações de Marx na associação de dois significados inseparáveis. Em um deles, os homens produzem a própria vida, sua própria consciência e seu próprio mundo ao transformar a natureza. No outro, a produção está relacionada diretamente ao trabalho e à produção. Esta abordagem relaciona a produção diretamente com a vida cotidiana. Assim produção, produto e trabalho são abstrações concretas que tornam possível as relações sociais de produção. Mas, Lefebvre ([1974]1991) quer ir além, defendendo que é preciso definir de maneira mais rigorosa as relações dialéticas entre produção e produto, trabalho e produto, e natureza e produção. Logo, esclarece: o trabalho é algo insubstituível, enquanto um produto é algo que pode ser reproduzido tal e qual, repetidas vezes; natureza cria, não produz. Assim, a humanidade cria trabalho e produz objetos e, nesse processo, os seres humanos se produzem.

Sobre o método, Lefebvre propõe uma relação triádica entre as ordens próxima-distante que se expressam no tempo e no espaço, de tal maneira que as contradições das relações sociais de produção se expressam no tempo e no espaço. Assim, a tríade da produção do espaço é definida pelo espaço percebido (a prática espacial), pelo vivido (os espaços de representação) e pelo concebido (as representações do espaço) - Figura 2.

FIGURA 2 – TRÍADE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO BASEADA EM LEFEBVRE ([1974]1991)



A **prática espacial (o espaço percebido)** é o processo dialético no qual sociedade e espaço se relacionam, por um lado a sociedade propõe o espaço e, por outro, o pressupõe, ou seja, o produz paulatinamente na medida em que o compreende e apropria. Lefebvre ([1974]1991, p. 38) questiona como é a prática social na sociedade neocapitalista. E responde: “a prática espacial é composta por uma associação muito próxima entre o espaço percebido, entre a realidade do dia-a-dia e a realidade urbana (as rotas e redes que conectam os lugares fora do trabalho, do lazer e da vida privada)”. A **representação do espaço (o espaço**



concebido) é o espaço dos arquitetos, urbanistas, planejadores, engenheiros, ou de todos aqueles “que identificam o que é vivido e o que é percebido para o que é concebido” (Lefebvre, [1974]1991, p. 38). É o espaço da tecnocracia, aonde se estabelecem regimes discursivos. O **espaço representacional (o espaço vivido)** é o espaço como ele pode ser, plenamente vivido, momentos do presente: “espaço que é dominado e por vezes experimentado passivamente, espaços em que a imaginação tende a transformar e se apropriar” (Lefebvre, [1974]1991, p. 39). O espaço de representação é qualitativo, fluido e dinâmico, pois é um espaço vivo; é o espaço dos símbolos, das imagens. A produção do espaço inclui, portanto, a produção material, a produção de conhecimento, e a produção de significado. Essas dimensões formam uma dialética unitária e contraditória, como explica Schmid (2012).

Se o conceito de produção, no sentido marxista, transcende a oposição filosófica entre objeto e sujeito, como pode a racionalidade inerente à produção ser definida? O próprio Lefebvre ([1974]1991, p. 69) responde: a produção “organiza uma sequência de ações com certa objetividade em vista (por exemplo, um objeto a ser produzido). Esta condição impõe uma dimensão temporal e outra espacial sobre as relações pelas quais os resultados são coextensivos”. Portanto, no momento em que ocorre uma atividade orientada para certo objetivo, se estabelece a relação triádica entre os elementos espaciais (o corpo), os materiais (pedra, madeira etc.) e os dispositivos (linguagem, ferramentas, agendas etc.). Esta relação é o fundamento da tríade da produção do espaço. Nela, se relacionam dialeticamente o espaço percebido (a prática do espaço) o concebido (a representação do espaço) e o vivido (os espaços de representação) - sendo imprescindível que os três sejam analisados em articulação.

Para a produção do espaço, Lefebvre ([1974]1991) considera como ponto de partida as realidades do presente: o salto das forças produtivas e a nova capacidade técnica e científica de transformar o espaço natural de maneira tão radical que possa ameaçar a natureza do próprio espaço. Segundo o autor, os efeitos destrutivos e construtivos são sentidos por todos os lados e de maneiras alarmantes quando associados às pressões do mercado. Assim, a produção do espaço age retroativamente sobre o passado, revelando aspectos e momentos até então incompreendidos e de tal maneira que o processo pelo qual o passado se torna presente ganha novos contornos (LEFEBVRE, [1974]1991). Lefebvre ([1974]1991, p. 66) afirma: “o começo deve aparecer no fim, e o resultado deve emergir do princípio”, ou seja, deve-se estabelecer a relação complexa entre os elementos abstratos, os concretos e a totalidade.

Assim aparece a dimensão do tempo, que Lefebvre ao longo de sua obra aborda a partir da compreensão dos ritmos. Em *Ritmanálise*, Lefebvre ([1992] 2007) trata da relação espaço e tempo ao propor que eles se medem um contra o outro, uma relação dialética de oposição na unidade. Sobre os ritmos, o autor propõe que estes aparecem como o tempo regulado pelas leis racionais em contraste com a prática espacial e o vivido da vida cotidiana. Ou seja, a produção social do espaço imprime seus ritmos e é, ao mesmo tempo, definida por eles. Afinal, ocorre no tempo e no espaço social. Para a ritmanálise, Lefebvre aponta algumas categorias metodologicamente indispensáveis, sempre aplicadas dialeticamente: repetição e diferença, mecânico e orgânico, descoberta e criação, contínuo e descontínuo, quantitativo e qualitativo. Os ritmos envolvem (a) repetição (de movimentos, gestos, ações, situações,



diferenças); (b) interferências entre processos lineares ou cíclicos; e (c) o nascimento, crescimento, auge, declínio e fim.

Segundo Lefebvre ([1972] 2016, p. 142), “a análise dos problemas urbanos sob o modo de produção capitalista não pode se consistir na descoberta ou construção do ‘sistema urbano moderno’ ou do ‘poder urbano’, mas na revelação de contradições típicas dos fenômenos urbanos considerados como parte de um processo global”, ou seja, uma crítica ontológica. É, nesse sentido que se aplica a teoria da tríade da produção do espaço, não somente como um suporte para evidenciar as contradições entre a produção capitalista do espaço com as pessoas que vivem e constituem os centros urbanos, mas para evidenciar que se a relação triádica e sempre completa não acontecer, o urbano não será possível. Ou seja, o urbano enquanto virtualidade será imposto pela artificialidade criada pelo capital. Por esta razão, para não perder de vista a possibilidade da sociedade urbana, é que se faz necessária a compreensão das contradições que se dão no espaço no sistema capitalista.

A CIDADE SE DISSOLVE: ENTRE O VIRTUAL E O ARTIFICIAL

Por certo, não vivemos o mesmo processo de crescimento das cidades associado ao processo de industrialização. Daí decorre a necessidade de atualização da agenda urbana para a etapa atual do capitalismo. Nela, a “reinvenção das cidades” é norteadada pela ênfase neoliberal na competição: as cidades para sobreviver precisam adotar uma postura competitiva. Reconhecer estes aspectos não significa que as proposições de Lefebvre possam ser descartadas, pelo contrário. Porque a cidade é transformada em um sujeito e o urbanista em um promotor de desenvolvimento, é que a relação valor de uso e valor de troca ganha novos contornos. O próprio Lefebvre ([1970] 2003, p. 154-155) já identificava a cidade como objeto capaz de promover geração de mais-valia, afirmando que “o espaço não é mais um meio indiferente, a soma de lugares nos quais a mais-valia é criada, realizada e distribuída. Ele se torna o produto do trabalho social, o próprio objeto geral da produção, e, conseqüentemente, da formação de mais-valia”.

Dois anos antes de sua morte, em maio de 1989, Lefebvre publica um artigo no *Le Monde Diplomatique* sob o título original de *Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire* (*Quando a cidade se dissolve em uma metamorfose planetária*). Lefebvre faz uma revisão/atualização das proposições realizadas entre o final da década de 1960 e início de 1970 sobre a revolução urbana e o direito à cidade. Ele argumenta que o urbano, sob sua acepção de sociedade urbana, era visto como um veículo para a formação de novos valores e a construção de uma civilização alternativa. Entretanto, esta possibilidade se desviou juntamente com as últimas ilusões da modernidade e, portanto, a revolução urbana assim como havia imaginado na passagem da cidade industrial para um outro momento não se concretizou. Entretanto, Lefebvre ([1989] 2014, p. 566) considera que, “afinal, a crítica da cidade moderna se encaixa com a crítica da vida cotidiana no mundo contemporâneo”, adicionando que uma série de paradoxos é aí desvelada, como o desenvolvimento extraordinário das cidades. O fato é que a realidade urbana não só não produziu novas relações sociais, como reproduziu e aprofundou relações de dominação, dependência e



exploração ao passo do crescimento das cidades. Ou seja, “a vida cotidiana foi levemente modificada, mas seu conteúdo não foi transformado” (LEFEBVRE, ([1989] 2014, p. 567)

Na década de 1970, o autor já se referia a relações sociais de produção no “neocapitalismo”². Nelas, “o espaço como um todo entra na produção como um produto, através da compra, venda e troca de partes do espaço”. Isso não é novo. A novidade reside na “produção global e total do espaço social”. Ele defende que o circuito secundário do capital absorve choques e, na depressão, os lucros fluem na sua direção - o capital se fixa nas propriedades imobiliárias e toda a economia é abalada. Ainda assim, esse setor se expande: “Pode até mesmo ocorrer que a especulação imobiliária se torne a principal fonte na formação de capital, isto é, na realização de mais-valia” (LELEBVRE, [1970] 2003, p. 162).

Logan e Molotch (1993) afirmam que os atores envolvidos com os processos urbanos, geralmente, são aqueles que mais têm a ganhar ou a perder com as decisões tomadas para a organização das cidades. Forma-se, portanto, uma coalizão entre certos setores da sociedade interessados, especificamente, em promover o crescimento econômico. Esta coalizão é usualmente formada por pessoas relacionadas à política, à mídia local, ou a líderes de empresas prestadoras de serviço, sejam elas públicas ou privadas. Logan e Molotch (1993) denominam este fenômeno de “coalizão para crescer”. Em termos Lefebvrianos, esta coalizão pode ser interpretada como a “ordem distante”. Para Lefebvre ([1970]2008a), a ordem distante é a sociedade, o Estado, em contraposição à ordem próxima, à da comunidade e da vizinhança. Em outros termos, se pode referir aos que “concebem o espaço” e aos que “vivem o espaço”.

O planejamento urbano continua sendo compreendido como expressão do Estado, afinal é uma função atribuída a partes de seu aparelho. Para alguns, teria a função de enfrentar os desequilíbrios da sociedade em prol do bem comum. Claro que esta suposição expressa uma concepção ingênua sobre o Estado, desconhecendo que ele é expressão das relações sociais de produção e que, portanto, não é nem isento nem desinteressado. Assim, como já alertava Lefebvre, o Estado atua como promotor de ações que expressam a lógica do mercado em cada contexto específico. Nesse sentido, cada vez mais se constata o abandono do seu sempre frágil papel racionalizador e regulador, e a adoção cada vez mais evidente do papel de coadjuvante em processos empreendedores, o chamado planejamento mercadófilo, urbanismo de mercado ou urbanismo neoliberal.

A contribuição de Harvey, ainda na década de 1980, vai neste sentido, apontando a emergência do empreendedorismo urbano, que tem como um de seus elementos básicos as PPPs nas quais o governo local se alia a empresas privadas com a finalidade de angariar investimentos para a viabilização de novos projetos, ou mesmo, a manutenção de estruturas e espaços. Além disso, Harvey ([1989]2006, p. 171) afirma que a PPP é empreendedora e especulativa, ou seja, “sujeita a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado”; riscos que costumam incidir sobre o setor público enquanto os lucros são apropriados pelo privado. Harvey (2006) afirma, ainda, que o empreendedorismo enfoca muito mais na

² Marcado por duas estratégias em uso: neoliberalismo - “que maximiza as iniciativas permitidas às empresas privadas e, com relação ao ‘urbanismo’ aos desenvolvedores e bancos”-; e neogerencialismo - “com sua ênfase no planejamento e, no domínio urbano, na intervenção de especialistas e tecnocratas do capitalismo estatal” (LEFEBVRE, [1970] 2003, p. 78 e 107).



economia política do lugar do que no território, já que a construção de um lugar pode gerar impactos além de seu território específico e mudar a imagem da cidade mundialmente.

O empreendedorismo urbano está relacionado à lógica concorrencial urbana. Para Harvey (2006, p. 176), esse é “um motivo que impõe limites evidentes sobre a capacidade de projetos específicos (no campo do planejamento urbano expresso a partir de PUs), mudarem a sorte de determinadas cidades” porque “à medida que a concorrência interurbana se torna maior, quase certamente acionará um ‘poder coercitivo externo’ sobre certas cidades, aproximando-as mais da disciplina e da lógica do desenvolvimento capitalista”. Harvey (2006) aponta, também, para uma preocupação em torno das rápidas mudanças no espaço urbano geradas por reações inovadoras e competitivas através de alianças urbanas da classe dirigente, das quais decorrem uma série de incertezas e, por consequência, uma instabilidade no sistema urbano. Esta instabilidade pode se expressar de diversas maneiras, como o crescimento da desigualdade social e o empobrecimento urbano.

É curioso destacar que as proposições de Harvey acerca do empreendedorismo urbano são publicadas no mesmo ano do artigo de Lefebvre sobre a cidade que se dissolve. Neste artigo Lefebvre ([1989] 2014, p. 567) faz considerações semelhantes às de Harvey, como na passagem que segue

Os benefícios políticos para a classe dominante são: a gentrificação dos centros das cidades, a substituição da centralidade produtiva anterior por um centro de decisão e serviços. O centro urbano não é apenas transformado em um local de consumo, ele também se torna um objeto de consumo e é valorizado como tal. Os produtores, que antes haviam sido exportados - ou mais precisamente deportados - para os subúrbios, agora voltam como turistas para o centro de onde foram desapropriados e expropriados. As populações periféricas estão hoje reivindicando os centros urbanos como locais de lazer, de tempo vazio e não programado. Desta forma, o fenômeno urbano é profundamente transformado. O centro histórico desapareceu como tal. Tudo o que resta são, por um lado, centros de poder e tomada de decisão e, por outro, espaços artificiais e falsos. É verdade, claro, que a cidade perdura, mas apenas como museu e espetáculo. O urbano, concebido e vivido como prática social, está em processo de deterioração e talvez desapareça.

A passagem acima indica, também, que a possibilidade do urbano, enquanto espaço produzido a partir da relação tridimensional do concebido, vivido e percebido, está sob o risco de desaparecer, de se dissolver. No lugar do que era a virtualidade da sociedade urbana reside a possibilidade das cidades como espaços falsos e artificiais.

Percebe-se, também, a identificação de fenômenos urbanos que se aproximam daqueles elencados por Harvey (2006), como os centros de controle e comando e os espaços de consumo. Ainda, a última frase trás algo de melancólico, de pessimista, pois não vê saída para a impossibilidade da sociedade urbana, reconhecendo que o “aparecimento de novas tecnologias conduz simultaneamente a novas formas de organização da produção e a novas



formas de organização do espaço urbano. Estes últimos interagem de formas que são mutuamente prejudiciais do que benéficas” (LEFEBVRE, [1989] 2014, p. 567).

Lefebvre ([1989] 2014) antevê, ao constatar sua emergência ainda em traços indicativos, fenômeno urbano hoje vigente e que se expressa, entre outros, no ideário das cidades criativas (LAUNDRY, 2013; TOWNSEND, 2013). Este referencial tem como objetivo retomar a posição das cidades como *lócus* privilegiado da produção após o fenômeno da desindustrialização em áreas urbanas. Segundo Laundry (2013), a cidade tem um papel central porque nela se localizam os recursos imprescindíveis para uma nova reestruturação produtiva: pessoas capacitadas, com alto nível de instrução e associadas a práticas de economia criativa (FLORIDA, 2011) e atividades como *Living Labs*. Essas práticas contribuiriam para, por exemplo, resolver os problemas que o planejamento urbano não consegue mais dar conta devido à complexidade das grandes cidades. Nesse cenário, a associação da tecnologia e da inovação para resolver os problemas da vida cotidiana nas cidades, principalmente no que diz respeito às infraestruturas urbanas e à utilização ou até mesmo recriação de recursos naturais, configuram as chamadas *Smart Cities*. Uma cidade criativa sob o manto da tecnologia, da inovação e da sustentabilidade seria, portanto, além do *lócus* da matéria prima, a motivação para a criação da própria mercadoria.

CONCLUSÃO

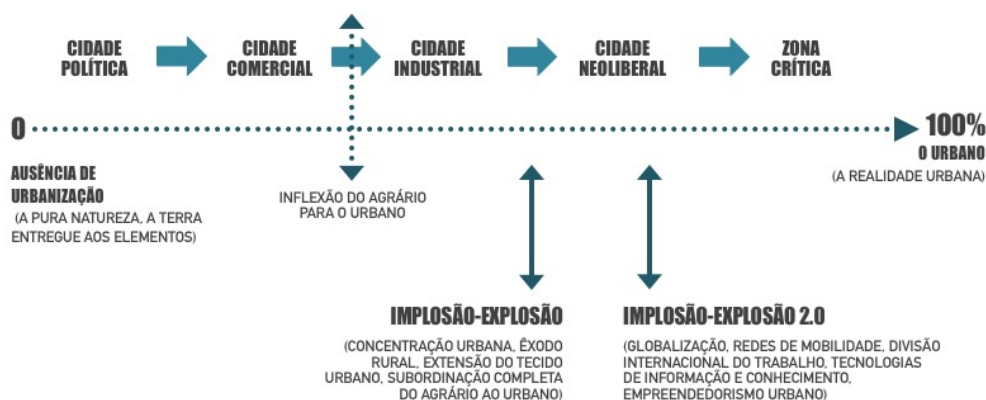
Este percurso pela obra de Lefebvre abre muitas possibilidades para a compreensão dos fenômenos urbanos. Entretanto, se faz necessário uma renovação acerca da sua hipótese da revolução urbana. Se em 1970, Lefebvre propunha uma zona crítica, com a virtualidade da possível/impossível transformação, e atualmente, e como mostrado pelo próprio autor, vinte anos depois, a virtualidade se tornou impossível. Pelo menos nesse momento.

Para não perder de vista a possibilidade de transformação, tão presente na obra de Lefebvre, é preciso recorrer a teoria dos momentos, proposta por ele como parte da crítica da vida cotidiana. Lefebvre ([1961] 2014, p. 329) define que um momento “é a tentativa de alcançar a realização total de uma possibilidade”. Possibilidade, sempre determinada e parcial, “se oferece e se revela”. O desejo “de vivê-la como uma totalidade é esgotá-la e cumpri-la”. Portanto, “o momento quer ser livremente total: esgota-se no ato de ser vivido” (LEFEBVRE, [1981] 2014, p. 642). Cada momento é caracterizado por uma tríade: percebida, situada e distanciada - em relação a outro momento e em relação ao cotidiano. O que define uma atividade específica como um momento? O momento é “constituído por uma escolha que se destaca e a separa de uma confusão de uma ambiguidade inicial”; tem uma certa duração específica; tem sua memória, seu conteúdo, seu formato; todo momento se torna um absoluto; é “desalienante em relação à trivialidade do cotidiano e em relação às atividades fragmentadas que as elevam” (LEFEBVRE, [1981] 2014, p. 638 e 641). É no momento, quando é politizado, que a descontinuidade radical, a pura e contestação absoluta, ocorre. Contestação, em suas diferentes formas e processos agitam o terreno da vida cotidiana e espaços apropriados que assumem novos significados. A luta social é também uma prática espacial que evidencia as contradições do espaço abstrato.



Tendo o referencial da teoria dos momentos, é possível lançar um novo gráfico do fenômeno urbano, tendo em vista a possibilidade da recobrada de uma fase crítica, mesmo que em outros termos.

FIGURA 3 – ATUALIZAÇÃO DO FENÔMENO URBANO BASEADO EM LEFEBVRE ([1970]2008a; [1989] 2014)



A Figura 3 ilustra que após a cidade industrial, as relações sociais de produção (incluindo o planejamento urbano) migram para uma lógica neoliberal representada, entre outros, pelo gerencialismo, empreendedorismo urbano, planejamento mercadofílico voltados para a produção de cidades competitivas/inteligentes/criativas, ou seja, a cidade neoliberal na qual se produzem novos movimentos de implosão/explosão, que reproduzem a exclusão do direito à cidade como possibilidade da centralidade da transformação da vida cotidiana pela ordem próxima. Se o urbano não se concretizou, na orientação da virtualidade da sociedade urbana cabe compreender o fenômeno da cidade neoliberal, a dizer: os campos cegos gerados pelas mistificações e ideologias que operam na consciência do homem.

Aqui se lança, portanto, a suposição de que na cidade neoliberal são produzidos espaços artificiais via PUs como expressão renovada da ilusão urbanística enquanto estrutura do capitalismo. Importante destacar que os espaços artificiais aqui em nada tem relação com uma materialidade líquida, mas com espaços produzidos pela artificialidade das relações do capital em oposição as relações sociais, ou seja, da exclusão do direito à cidade. Esta suposição expressa o entendimento de que o PU tem um papel central na formulação destas artificialidades, dos consumos dos espaços e de uma vida urbana programada não mais para o consumo apenas, mas da vida cotidiana na cidade como base para a formulação de novos produtos, como os *Living Labs* e *Smart Cities*, por exemplo.

Esta formulação opera na renovação da virtualidade da revolução urbana. A partir da teoria dos momentos, se faz necessário pensar formas de transformação desta conjuntura. Nesse sentido os PUs são centrais, pois a fragmentação do espaço-tempo proposto por essa nova maneira de intervir no espaço opera no movimento da alienação, contraditoriamente, traz um ingrediente fundamental para as heterotopias e a formação de espaços diferenciais. Afinal, é em uma escala menor do tecido urbano que a ordem próxima reconhece o risco eminente de ruptura da vida cotidiana naquele espaço. Essa é a origem das práticas insurgentes de organização de lutas e da produção de contrapropostas, contraprojetos e



contraplanos. Essa organização social em torno de uma causa, o reconhecimento do direito à cidade como espaço vivido-concebido-percebido, aponta no sentido da realização de uma sociedade urbana nos termos de Lefebvre.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010 [2001].
- BORJA, Jordi. CASTELLS, Manuel. *Local y global: La gestión de las ciudades en la era de la información*. Taurus, 1998.
- ELDEN, Stuart. Some are born posthumously: the French afterlife of Henri Lefebvre. *Historical Materialism*, v. 14, n. 4, p. 185–202, 2006.
- FLORIDA, Richard. *A ascensão da classe criativa*. São Paulo: L&PM Editores, 2011.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Editora, 2006.
- _____. *Social Justice and the City. Revised edition*. Athens: The University of Georgia Press, 2009.
- _____. *Rebel Cities: From de right to the city to the urban revolution*. Nova York: Verso, 2012.
- LAUNDRY, Charles. *Origens e futuros da cidade criativa*. São Paulo: SESI-SP Editora, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 2008a.
- _____. *Critique of everyday life*. Vol I, II e III. London: Verso, [1947, 1961, 1981] 2014.
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2008b.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, [1968] 2001.
- _____. Dissolving city, planetary metamorphosis, 1984. In: BRENNER, Neil. (ed.) *Implosions/explosions*. Berlim: Jovis, 2014, p. 566-570.
- _____. *Marxist thought and the city*. Minneapolis: University of Minnesota Press, [1972] 2016.
- _____. *Rhythmanalysis: Space, time and the everyday life*. Norfolk: Continuum, [1992] 2007.
- _____. *Everyday life in the modern world*. London: Continuum, [1972] 2002.
- _____. *Toward an architecture of enjoyment*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- _____. Claude Lévi-Strauss e o novo eleatismo. In: LEFEBVRE, Henri; GOLDMANN, Lucien; MAKARIUS, RAOUL e LAURA. *Debate sobre o estruturalismo: uma questão de ideologia*. São Paulo: Ed. Documentos, 1968, p. 7-53.
- MERRIFIELD, Andy. *Henri Lefebvre: a critical introduction*. New York: Routledge, 2006.



PORTAS, Nuno. El surgimiento del proyecto urbano. In: *Perspectivas urbanas/ Urban perspectives* n°3, Barcelona: 2003. 13p.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres e Nova York: Routeledge, Taylor & Francis e-library, 2003.

TOWNSEND Anthony M. *Smart Cities: Big Data, Civic Hackers, and the Quest for a New Utopia*. New York: W. W. Norton Inc., 2013.

LOGAN, J. R; MOLOTCH, H. L. The City as a Growth Machine. In: FAINSTEIN, S. S; CAMPBELL, S. *Readings in Urban Theory*. Oxford: Blackwells, 1993, p.293-337.